

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MELISSA KULIG AESCHBACH

***DECOUPLING* NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**

**CURITIBA
2013**

MELISSA KULIG AESCHBACH

***DECOUPLING* NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**

Monografia apresentada para obtenção do
título de Especialista em Controladoria,
Departamento de Contabilidade, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mayla Cristina Costa

**CURITIBA
2013**

Agradeço

Aos meus pais (*in memoriam*), por me incentivarem a não desistir dos meus sonhos.

À professora e orientadora Mayla Cristina Costa, pelo incentivo e tempo de dedicação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	5
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	6
1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO	7
1.3.1 Objetivo Geral	7
1.3.2 Objetivos Específicos.....	7
1.4 JUSTIFICATIVA	8
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	8
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA E ESTRUTURA POLÍTICO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA	10
2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS	11
2.3 LEIS E REGIMENTOS QUE REGULAMENTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA.....	13
2.4 LEIS E REGIMENTOS QUE REGULAMENTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO PODER JUDICIÁRIO.....	14
2.4.1 Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça	20
2.5 <i>DECOUPLING</i>	21
3 METODOLOGIA	24
4 ANÁLISE DE DADOS.....	28
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

No passado recente a legislação brasileira passou por um processo de modernização no que diz respeito à prestação de contas e disponibilização de informações financeiras e orçamentárias por parte da administração pública.

A publicação da lei complementar nº 101 em 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu um novo marco para a contabilidade pública, que foi o de vincular os gastos públicos à arrecadação gerada pelos entes da Federação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também fixou vários limites de gastos, tanto para as despesas do exercício (contingenciamento, limitação de empenhos) como para o grau de endividamento. Além dessa visão de gestão administrativa, a LRF também inova na exigência de maior transparência em relação aos gastos públicos.

Segundo Cruz et al. (2001) a transparência que passa a ser preconizada na Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser entendida como um princípio de gestão que tem em sua finalidade permitir aos cidadãos o acesso a informações relativas às atividades financeiras da administração pública e determinar a forma como essas informações serão divulgadas.

Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal coloca os cidadãos como partícipes ativos no processo da gestão pública. No entanto, para participar ativamente se faz necessário que os cidadãos tenham realmente acesso às informações referentes aos gastos públicos.

Em vista disso, cada vez mais a sociedade cobra por transparência nos gastos públicos. Percebendo a relevância do tema, vários órgãos públicos passaram a disponibilizar para a população informações relacionadas às suas receitas e despesas nos chamados portais da transparência. Tão importante quanto à facilidade no acesso às informações é a qualidade das informações prestadas.

Um dos elementos relacionados à disponibilização das informações é a prestação de contas. A prestação de contas, desta maneira, deve cumprir não

apenas com os aspectos legais a ela inerentes, mas também com as necessidades de quem utiliza suas informações.

Outro aspecto envolvido na prestação de contas está relacionado à transparência, possibilidade de aumento da confiança do governado para com seu governante. Isso ocorre na medida em que a administração pública assume a responsabilidade de justificar seus gastos perante os cidadãos.

Os usuários das informações contábeis das entidades públicas são os mais diversos possíveis. Dentro dessa diversidade, existem múltiplos anseios e a prestação de contas deverá atender a maior parte deles, uma vez que sua totalidade é impossível.

Tendo isso em vista a prestação de contas deve, além de respeitar todas as normas legais e códigos estabelecidos, estar disponível de maneira simplificada e em linguagem acessível para que os mais diferentes usuários possam dela usufruir.

Outro fator importante na disponibilização das informações relativas à prestação de contas é o local em que elas serão veiculadas. Existem os meios impressos (jornais, revistas, Diário Oficial), meios presenciais (audiências públicas) e meios eletrônicos. Algumas das vantagens deste último são a possibilidade de rápida divulgação das informações, maior volume de informações publicadas e a possibilidade de atingir um maior número de usuários.

Desta maneira, a adequada disponibilização dos dados financeiros por parte dos órgãos públicos deve respeitar às disposições legais bem como atender aos princípios de transparência. Isso permite uma maior fiscalização por parte do cidadão e aumenta a eficiência e eficácia da administração pública.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A contabilidade pública, ao gerar informações, necessita prestar contas dos bens e valores públicos tanto em relação ao seu controle interno (responsabilidade da administração), quanto em seu controle externo (responsabilidade dos Tribunais de Contas) (CRUZ *et al.*, 2006).

A prestação de contas necessita respeitar o princípio da finalidade e deve ser influenciada pela transparência, que pode ser dividida em três elementos: publicidade, compreensibilidade e utilidade das informações (PLATT NETO *et al.*, 2008).

A aplicação das verbas públicas deve ser de conhecimento da população. Além disso, também deve ser de fácil acesso e compreensível para que o cidadão possa entender de que maneira o processo de prestação de contas ocorre, pois sem compreender não é possível cobrar.

Tendo em vista os diversos aspectos envolvidos na prestação de contas e a demanda crescente pela transparência, torna-se importante abordar a seguinte questão de pesquisa: Como funciona a divulgação das informações financeiras no poder judiciário estadual?

1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

1.3.1 Objetivo Geral

O principal objetivo desse trabalho é analisar de que maneira a divulgação das informações financeiras relativas ao poder judiciário estadual ocorre.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo proposto faz-se necessário:

- Verificar o modelo de prestação de contas do poder judiciário estadual;
- Verificar como se dá a publicação dos dados financeiros no poder judiciário estadual;
- Identificar possíveis melhorias no processo de divulgação das informações financeiras do poder judiciário estadual.

1.4 JUSTIFICATIVA

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal propiciou uma mudança significativa na maneira como a gestão financeira era conduzida pelo três níveis de governo (municipal, estadual e federal) nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Com ela tornou-se necessário planejar a execução de maneira que os custos envolvidos fossem controlados e que o programado fosse cumprido dentro do custo previsto.

A prestação de contas realizada pelos membros da administração pública deve ser transparente, isso quer dizer, ser acessível, relevante e compreensível. Não deve apenas respeitar às normas legais, mas deve também ser realizada de maneira tal que permita ao cidadão comum compreender o funcionamento da gestão dos gastos públicos.

E é através da transparência que a participação popular pode ocorrer. Sabendo como o dinheiro público está sendo empregado a população poderá cobrar dos gestores dos bens públicos a sua melhor utilização, bem como pela eficiência e eficácia. Além disso, esse processo fortalece a democracia como um todo.

Assim, pode-se dizer que os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal são o planejamento, a transparência e a participação popular.

Portanto, a necessidade de transparência na gestão financeira da administração pública é algo de extrema relevância. É imprescindível que os órgãos públicos disponibilizem a sua prestação de contas de maneira acessível à população como um todo. Tendo isso em vista, é de fundamental importância o estudo de como ocorre a prestação de contas no poder judiciário estadual.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa passa a ser delimitada assim por três fatores. O primeiro deles é em relação ao poder estudado. Foram analisadas as informações financeiras disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em seu Portal da Transparência.

O segundo fator delimitante refere-se ao período dos dados analisados. Foram considerados os dados relativos às informações financeiras referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013.

O último fator delimitante diz respeito ao processo de *decoupling*. Diversos artigos em variados regulamentos e leis abordam o tema da prestação de contas. Visando regulamentar a publicação de informações orçamentárias e financeiras pelos órgãos do poder judiciário o Conselho Nacional de Justiça publica, em 15 de dezembro de 2009, a Resolução nº 102. É em relação a ela que os dados serão comparados.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo iniciou-se com uma breve contextualização do tema para que o problema de pesquisa pudesse ser exposto. A seguir os objetivos geral e específico foram abordados, bem como a justificativa ao tema. Por fim, o tema de pesquisa foi delimitado.

No segundo capítulo encontra-se uma revisão de literatura acerca do tema abordado. O primeiro conteúdo revisado trata da contabilidade pública e da estrutura político administrativa brasileira. Após isso, são analisados o processo de prestação de contas, as leis e regimentos que regulamentam a prestação de contas na contabilidade pública e no poder judiciário. Por fim, revisa-se o processo de *decoupling*.

O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada para a investigação do tema. Descreve a caracterização da pesquisa, o procedimento de pesquisa adotado, a maneira como a coleta de dados ocorreu e define a legislação utilizada para o processo de verificação da prestação de contas.

No quarto capítulo é apresentada a discussão e análise dos dados, iniciando-se com os aspectos legais envolvidos na prestação de contas do poder judiciário estadual e complementando-se com a análise dos dados coletados.

Por fim, o quinto capítulo aborda as considerações finais, com as recomendações e limitações da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA E ESTRUTURA POLÍTICO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

A contabilidade pública é aplicada às pessoas jurídicas de direito público, sendo elas União, Estados, Municípios, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público (LIMA & CASTRO, 2000). Um dos objetivos da contabilidade pública é fornecer dados sobre os entes públicos que dela fazem parte.

Os recursos públicos, mesmo quando originados de fontes diversas, são aplicados segundo regras específicas e seguindo uma padronização formal (PISCITELLI *et al.*, 1999). Diferentemente do que ocorre na iniciativa privada, as pessoas jurídicas de direito público podem fazer apenas o que está estritamente previsto na legislação, enquanto que na iniciativa privada pode-se fazer o que não está proibido na legislação.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro é formado por três poderes (legislativo, executivo e judiciário) independentes e harmônicos entre si subdivididos em três níveis de governo (federal, estadual e municipal), podendo assim ser representado:

- Poder legislativo: nível federal, composto pelo Congresso Nacional, o qual é formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nível estadual, composto pelas Assembleias Legislativas. Nível municipal, composto pelas Câmaras de Vereadores.
- Poder judiciário: nível federal, composto pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Eleitorais e Militares; Tribunal e Juízes do Distrito Federal e Territórios. Nível estadual, composto pelos Tribunais de Justiça e os Juízes estaduais. Nível municipal, não há.
- Poder executivo: nível federal, composto pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado. Nível estadual e Distrito Federal, composto pelo Governador e Secretários Estaduais.

Nível municipal, composto pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais.

Os elementos acima citados compõem a administração pública direta. Já a administração pública indireta é formada pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. A administração indireta possui como característica a personificação dos seus órgãos, que são autônomos e descentralizados (SILVA, 2004).

2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A contabilidade dos órgãos públicos, ao gerar informações, necessita prestar contas dos bens e valores públicos, tanto em relação ao seu controle interno (responsabilidade da administração) quanto em seu controle externo (responsabilidade dos Tribunais de Contas). Essa prestação de contas sofre a influência da transparência na aplicação dos recursos (CRUZ *et al.*, 2006).

A prestação de contas, segundo Silva (2004), é:

...o procedimento pelo qual, dentro dos prazos fixados, o responsável está obrigado, por iniciativa pessoal, a comprovar ante o órgão competente o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerários e valores que lhe foram entregues ou confiados.

Outra possível definição, segundo Araújo e Arruda (2004), é a de que a prestação de contas é a demonstração organizada, acompanhada ou não de documentos que comprovem as operações de receitas e despesas devidamente aprovadas pelo ordenador da despesa.

O titular do Poder Executivo está sujeito à prestação de contas e suas contas encontram-se justificadas no Balanço Geral do Estado, abrangendo inclusive os poderes Legislativo e Judiciário. O Tribunal de Contas elaborará um relatório conclusivo sobre o resultado do exercício e um parecer prévio, este último será enviado ao Poder Legislativo para apreciação da ação administrativa do Governo (SILVA, 2004).

As pessoas jurídicas de direito público, no que tange a prestação de contas, além de apresentarem todos os relatórios exigidos pela legislação também precisam se ater aos princípios de transparência em relação aos seus gastos (SLOMSKI, 2005).

A prestação de contas para os órgãos públicos não se restringe apenas à sua gestão financeira, nela também estão presentes os seus atos administrativos. A prestação de contas, segundo Peixe (2006), é obrigatória para quem administra bens, valores ou dinheiros públicos. Assim, a origem dos bens ou recursos administrados é que define a obrigatoriedade da prestação de contas. Isto posto, uma pessoa física que recebe um bem ou valor público também está obrigada à prestação de contas. Já os entes públicos obrigados à prestação de contas encontram-se elencados no decreto lei 200/67, art. 4º, inc. II:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

...

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) Fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)

A obrigatoriedade na prestação de contas é decorrente da própria administração pública, uma vez que a gestão dos valores refere-se a bens e interesses da coletividade (PEIXE, 2006). Assim sendo, o interesse do cidadão deve ser respeitado.

Os tipos de prestação de contas são a anual e a extraordinária. A prestação anual é realizada ao fim do exercício financeiro. A prestação extraordinária é realizada quando ocorrer a extinção, cisão, fusão, incorporação, transformação, liquidação ou privatização de entidades da administração indireta, incluindo as fundações instituídas e/ou mantidas pelo poder público federal (PISCITELLI *et al.*, 1999).

A prestação de contas será encaminhada para o Tribunal de Contas no exercício financeiro subsequente ao de seu exercício e sua análise será realizada até o término de exercício seguinte àquele em que as contas foram apresentadas (PISCITELLI *et al.*, 1999).

2.3 LEIS E REGIMENTOS QUE REGULAMENTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

A obrigatoriedade da prestação de contas está definida na Constituição Federal em seu art. 70, parágrafo único:

Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A contabilidade pública segue, ainda, a lei nº 4.320/64 que delimita normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Segundo a supracitada lei a contabilidade pública, além de acompanhar a execução orçamentária, deve dar conhecimento da composição patrimonial, determinar os custos industriais, levantar os balanços gerais, analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros (ARAÚJO E ARRUDA, 2004).

A lei nº 101/00, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estendeu em seu art. 50, inciso II, os princípios fundamentais da contabilidade para a contabilidade pública (ARAÚJO E ARRUDA, 2004).

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

...

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

A Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo Matias-Pereira (2009), busca o equilíbrio entre receita e despesa (austeridade), a transparência da gestão fiscal (economicidade) e a responsabilidade dos dirigentes (seriedade).

Os fundamentos básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal são: o planejamento governamental, o equilíbrio fiscal, o controle do endividamento público e a transparência da gestão fiscal (ARAÚJO E ARRUDA, 2004). Além disso, a LRF define limites para as despesas com pessoal e para a dívida pública e, ainda, estipula metas que devem ser seguidas pela administração pública para um controle mais acurado de suas despesas e receitas (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal torna-se possível a participação da sociedade no processo de prestação de contas da administração pública, através da obrigatoriedade da elaboração de relatórios em linguagem acessível. Segundo Matias-Pereira (2009) isso denota um avanço no que tange as finanças públicas.

O aumento da transparência e da fiscalização por parte da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2009) fica evidente no art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

2.4 LEIS E REGIMENTOS QUE REGULAMENTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO PODER JUDICIÁRIO

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art 56, § 1º, inciso II , a prestação de contas do poder judiciário estadual deverá conter:

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - ...

II – dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

Ainda de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as informações referentes às receitas e às despesas que deverão ser disponibilizadas e de fácil acesso para qualquer cidadão são as seguintes:

...

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

O modelo de prestação de contas a ser adotado pelo poder judiciário estadual está definido no regimento interno e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 02/2006, a prestação de contas deverá ocorrer anualmente para as entidades da administração direta e indireta, conforme expresso em seu art. 220:

Art. 220. As contas dos administradores das entidades da administração direta e indireta do Estado do Paraná deverão ser prestadas anualmente, nos termos deste Regimento Interno e de atos normativos do Tribunal, e julgadas separadamente em processos apartados.

A prestação de contas deverá ocorrer até o dia 31 de março subsequente ao do exercício financeiro analisado e nela deverão constar as contas relativas à gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional, como bem definem os arts. 222 e 223 caput do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 02/2006:

Art. 222. Para os órgãos integrantes da Administração Indireta do Poder Executivo, incluídas as autarquias, fundos especiais, sociedades de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos, fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.

Art. 223. As contas prestadas, anualmente, pelos agentes públicos, da administração direta e indireta estadual, abrangem a gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional.

O passo seguinte ao da prestação de contas é o julgamento das mesmas, conforme o art. 245 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 02/2006: ao julgar as contas, o Tribunal decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

Anualmente o Tribunal de Contas do Estado do Paraná publica uma instrução normativa contendo as orientações necessárias sobre o encaminhamento das prestações de contas das entidades estaduais e municipais. A última instrução normativa a ser publicada foi a de nº 80/2012, relativa ao exercício financeiro de 2012.

Segundo a Instrução Normativa nº 80/2012, em relação ao processo de prestação de contas, o gestor das contas é o representante legal da entidade responsável à época pela realização das despesas e o gestor atual é o representante legal da entidade à época da apresentação da prestação de contas. No caso do poder judiciário o representante legal seria o Presidente do Tribunal de Justiça, como bem afirma o inciso IV do art. 4º da Instrução Normativa nº 80/2012:

Art. 4º Observando o artigo anterior quanto ao período de responsabilidade, designam-se gestor das contas e gestor atual:

...

IV – no Poder Judiciário, o Presidente do Tribunal de Justiça;

...

Os documentos que devem obrigatoriamente constar na prestação de contas do poder judiciário estadual encontram-se elencados no art. 10 da Instrução Normativa nº 80/2012:

Art. 10. A prestação de contas anual das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos Especiais que registram sua contabilidade na forma da Lei nº 4.320/64, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça conterá os seguintes documentos:

I – Formulário de dados conforme Anexo I desta Instrução Normativa;

II – Relatório circunstanciado da gestão, destacando, no mínimo, os seguintes elementos obrigatórios:

a) observância da legislação pertinente, em especial quanto ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual;

b) execução orçamentária e financeira da entidade, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que ensejaram a baixa arrecadação e/ou baixa realização orçamentária dos projetos/atividades;

c) Plano Anual de Aplicação dos Recursos ou equivalente – Inicial e Complementares e/ou Reformulações, para os Fundos Especiais;

d) comparativo das metas previstas e realizadas (Demonstrativo de Metas Físicas), com esclarecimentos, se for o caso, sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento;

e) fatos relevantes ocorridos no exercício que tenham impactado, positiva ou negativamente, a gestão da entidade;

III – Medidas implementadas com vistas ao cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos que julgaram as contas dos três exercícios anteriores, bem como das providências adotadas face às ressalvas e recomendações;

IV – Relatório e Parecer do Controle Interno atestando o fiel cumprimento das exigências contidas no art. 74 da Constituição Federal, firmado pelo responsável da área junto à entidade, contendo dentre outras informações as ações desenvolvidas no exercício, a avaliação dos controles existentes e as recomendações encaminhadas ao gestor da entidade, se houver, com ciência do gestor e medidas implementadas;

V – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas – Anexo 1 da Lei nº 4.320/64 (SAI 805);

VI – Receita Segundo as Categorias Econômicas – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64 (SAI 810);

VII – Demonstrativo da Despesa Segundo a Natureza – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64 (SAI 815 e 816);

VIII – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 (SAI 840);

IX – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo 11 da Lei nº 4.320/64 (SAI 845);

X – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, segundo os Desdobramentos por Espécie – Anexo 11-A da Lei nº 4.320/64 (SAI 846);

XI – Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 (SAI 850), sendo que as contas com títulos genéricos como Diversas, Outras, etc., a entidade deverá discriminar a composição das mesmas, ou anexar documentos que comprovem os registros;

XII – Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 (SAI 855);

XIII – Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 (SAI 865), sendo que nas contas com títulos genéricos como Diversas, Outras, etc., a entidade deverá discriminar a composição das mesmas ou anexar documentos que comprovem os registros;

XIV – Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (SAI 860), sendo que nas contas com títulos genéricos como Diversas, Outras, etc., a entidade deverá discriminar a composição das mesmas ou anexar documentos que comprovem os registros;

XV – Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 da Lei nº 4.320/64 (SAI 870, 871, 872 e 873);

XVI – Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 (SAI 875);

XVII – Relação de Restos a Pagar (SAI 220);

XVIII – Balancete do mês de Dezembro de 2012, sem encerramento (SAI 215);

XIX – Parecer do Conselho Diretor, Conselho Estadual ou equivalente que apreciou as contas, para os Fundos Especiais;

XX – Relação do pessoal admitido em 2012, decorrente de aprovação em Concurso Público ou Teste Seletivo, evidenciando o número do protocolo no Tribunal de Contas da documentação enviada para registro da admissão, conforme Anexo II, ou em caso de ausência de contratação preencher Declaração conforme Anexo III. As entidades que receberam pessoal admitido através de processo seletivo realizado pela SEAP deverão preencher o Anexo II, indicando esta situação na coluna "Nº DE PROTOCOLO-TC";

XXI – Declaração expressa da unidade de pessoal, de que o(s) Gestor(es) das Contas indicados no Anexo I estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendas de trata o art. 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047 de 16 de janeiro de 2001, conforme Anexo IV;

XXII – Certidão de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC do profissional que assina os Demonstrativos, emitida no exercício de 2013.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça, além dos documentos exigidos nos incisos I a XXII deste artigo, deverá encaminhar, ainda, Relatório da Gestão dos precatórios, parte Estadual, que deverá conter, dentre outras informações, demonstrativos com:

I – Transferências recebidas mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda para pagamento de precatórios;

II – Recursos destinados à conta especial e à conta cronológica, bem como extratos bancários das mesmas e resultado das aplicações financeiras;

III – Data e valores dos repasses de liberação para a vara de origem e, se houver, data e valores dos retornos;

IV – Especificação dos pagamentos dos precatórios, por mês, segregando-os por origem alimentar e não alimentar;

V – Identificação das inscrições, por órgão e tipo, valor inicial e com a atualização dos requisitos;

VI – Controle do estoque dos precatórios, quantidade, por tipo, e valores existentes totalizados por ano;

VII – Baixas por tipo, apresentando quantitativo e valores;

VIII – Notas explicativas sobre a gestão no exercício, incluindo a modalidade de leilão;

IX – Informações apresentadas à SEFA quanto à execução financeira;

X – Provisão para precatórios que ainda não foram julgados;

XI – Informações sobre baixas por compensação;

XII – Precatórios quitados pela Câmara de Conciliação de Precatórios.

O supracitado artigo faz referência ainda, em seu parágrafo único, ao Relatório da Gestão dos Precatórios, que deverá trazer entre outras informações os pagamentos realizados e a provisão para precatórios ainda não julgados.

O poder judiciário necessita ainda atender à Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a publicação de informações orçamentárias e financeiras relativas aos tribunais e conselhos. Na citada resolução estão elencadas as despesas e receitas que devem ser publicadas:

Art. 2º Para os fins das informações a serem prestadas nos termos deste capítulo, na forma do Anexo I, definem-se:

I – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais são despesas de custeio relativas aos servidores ou empregados dos órgãos, inclusive requisitados e comissionados, ressalvado o disposto no inciso II, observado o seguinte detalhamento:

a) despesas com pessoal ativo;

b) despesas com pessoal inativo e pensões;

c) encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, e
 d) despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica.

II – Outras Despesas de Custeio são aquelas necessárias à manutenção dos serviços anteriormente criados, referentes ao funcionamento da Administração, observado o seguinte detalhamento:

- a) benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte;
- b) benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação;
- c) benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche;
- d) benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica;
- e) diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores;
- f) passagens e despesas com locomoção;
- g) indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia ;
- h) aluguel de imóveis;
- i) serviços de água e esgoto;
- j) serviços de energia elétrica;
- k) serviços de telecomunicações;
- l) serviços de comunicação em geral;
- m) serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados.
- n) serviços de limpeza e conservação;
- o) serviços de vigilância armada e desarmada;
- p) serviços de publicidade;
- q) locação de mão de obra, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”;
- r) serviços de seleção e treinamento;
- s) aquisição de material de expediente;
- t) aquisição de material de processamento de dados e de software;
- u) aquisição de material bibliográfico;
- v) aquisição de combustíveis e lubrificantes;
- w) aquisição de gêneros alimentícios;
- x) aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a “w”;
- y) serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais;
- z) demais despesas de custeio.

III – Despesas de Investimentos são despesas de capital referentes à construção e ampliação da infra-estrutura física e operacional do órgão, observado o seguinte detalhamento:

- a) Construção e reforma de imóveis;
- b) Aquisição de material permanente – veículos;
- c) Aquisição de material permanente – equipamentos de informática;
- d) Aquisição de material permanente – programas de informática; e
- e) Aquisição de material permanente – demais itens.

IV – Despesas com Inversões Financeiras são despesas de capital que implicam aquisição de imóveis e participações em empresas ou empreendimentos, passíveis de alienação posterior, observado o seguinte detalhamento:

- a) Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; e
- b) Outras Inversões.

V – Repasses recebidos são os recursos financeiros transferidos ou colocados à disposição do órgão pelo tesouro nacional ou estadual, em cada mês, destinados ao pagamento de:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) despesas de custeio;
- c) investimentos; e
- d) inversões financeiras;

VI – Receitas são os ingressos de recursos diretamente arrecadadas pelo órgão em cada mês, observado o seguinte detalhamento:

- a) recursos a título de custas judiciais;
- b) recursos a título de taxas judiciárias;
- c) recursos a título de serviços extrajudiciários; e
- d) demais recursos conforme previsão em leis específicas.

2.4.1 Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça

A Resolução nº 102 de 15 de dezembro de 2009 do Conselho Nacional de Justiça regulamenta a publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. Fazem parte do público-alvo, portanto, o Conselho da Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal de Justiça.

Segundo Serbena (2013), os objetivos da resolução são:

- (i) promover a transparência da gestão e constituir mecanismo de controle social;
- (ii) padronizar a apresentação das informações, de modo a lhes conferir inteligibilidade e
- (iii) comparabilidade em benefício da eficácia do controle social sobre os gastos públicos;
- (iv) permitir a construção de indicadores de eficiência e mecanismos de comparação entre os órgãos jurisdicionados.

Os dados que a referida resolução exige que sejam informados englobam:

- Despesas, repasses e receitas;
- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Estrutura remuneratória com cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, conselheiros e juízes auxiliares;
- Quantitativo de cargos efetivos;
- Membros e agentes públicos;

- Empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos;
- Servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no Órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- Detalhamento da folha de pagamento de pessoal.

O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o prazo de 31 de março de 2010, para que todos os órgãos abrangidos pela resolução encaminhassem e publicassem os demonstrativos orçamentários consolidados relativos aos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

Após isso, a periodicidade da publicação dos dados deve respeitar os seguintes prazos:

- Mensal: despesas, repasses e receitas; membros e agentes públicos; empregados de empresas contratadas em exercício no Órgão; servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no Órgão ou sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança; detalhamento da folha de pagamento de pessoal;
- Trimestral: estrutura remuneratória (sempre que houver alteração), composta por cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, conselheiros e juízes auxiliares; quantitativo de cargos efetivos;
- Anual: acompanhamento da execução orçamentária.

O envio dos dados ao Conselho Nacional de Justiça bem como a disponibilização dos mesmos para a população é de responsabilidade do presidente de cada órgão. O lançamento dos dados é feito através de acesso ao Sistema de Controle de Acesso e o preenchimento é feito por upload de tabelas no SIAFI-JUD (SERBENA, 2013).

2.5 DECOUPLING

A estrutura adotada por algumas organizações por vezes está relacionada com sua legitimidade, mas não com sua eficiência. Nesse modelo,

a estrutura formal não é conectada com as práticas organizacionais reais (MEYER E ROWAN, 1977). Essa dissociação entre as estruturas organizacionais que reforçam a legitimidade e as práticas efetivamente realizadas que melhoram a eficiência da organização denomina-se *decoupling*.

Aparentemente simples, o processo de *decoupling* é complexo, uma vez que não se trata apenas da dualidade entre o que é dito e o que é feito, mas também de pequenas sutilezas e inúmeras possibilidades que justificam todas as ações de uma organização (FISS E ZAJAC, 2006). Pode-se dizer que o *decoupling* ocorre não por ser funcional, mas por atender os interesses específicos da organização. Desse modo, o *decoupling* é menos provável de ocorrer quando os membros da organização encontram-se comprometidos com a adoção de práticas alinhadas à legitimidade.

O *decoupling* permite, portanto, que as estruturas formais sejam padronizadas enquanto suas atividades variam de acordo com as necessidades práticas (ZELINSCHI *et al.*, 2012). Assim, pode-se dizer que o *decoupling* é um dos responsáveis por mudanças nas práticas intraorganizacionais.

Uma organização pode adotar diferentes respostas às pressões institucionais; ela pode concordar com as pressões, comprometer-se com elas, evitá-las, desafiá-las ou manipulá-las. Para cada resposta algumas táticas podem ser adotadas e algumas dessas táticas levam ao *decoupling* (ZELINSCHI *et al.*, 2012). Isso ocorre porque a organização precisa equilibrar diferentes expectativas ou porque a organização não deseja que observadores externos visualizem o seu não cumprimento das normas.

Alguns autores não concordam plenamente com o conceito de *decoupling* e preferem utilizar o termo *loose coupling* (ORTON E WEICK, 1990). Essa diferenciação é feita por considerarem que o termo *decoupling* traz uma conotação negativa; ao considerar o termo *loose coupling* entende-se que o fenômeno pode levar uma organização a mudar a partir da gerência de suas próprias ambiguidades.

Assim, pode-se considerar como uma situação de *loose coupling* aquela em que o *decoupling* não ocorre efetivamente, pois não há uma separação total entre as práticas do dia-a-dia e os procedimentos formais (KERN *et al.*, 2013).

Para outros autores o *decoupling* é considerado um engano (ZELINSCHI *et al.*, 2012). As críticas ao *decoupling* consideram que ele pode ocorrer em um determinado momento, mas que ao longo do tempo ele pode ser ajustado, deixando assim de acontecer. Assim, o tempo seria uma variável negligenciada pelo *decoupling* (FISS E ZAJAC, 2006). Além disso, o *decoupling* pode ser apenas parcial ou estar relacionado a alguns aspectos da estrutura formal. Nessas situações, segundo Orton e Weick (1990), a organização apresenta *decoupling* e alinhamento ao mesmo tempo.

A estrutura formal de uma empresa também pode levar ao *decoupling*. Observa-se em algumas organizações que alguns departamentos adotam em suas práticas as normas formais, enquanto outros diferem as práticas das normas (ZELINSCHI *et al.*, 2012).

Existe ainda uma outra dimensão envolvida no processo de *decoupling*, a política (BROMLEY E POWEEL, 2012). Assim, o *decoupling* não fica restrito apenas entre o formal e a prática, mas também entre o meio e o fim. Segundo Bromley e Powell (2012), a dimensão política do *decoupling* aparece quando uma nova implementação ocorre; a prática segue a estrutura formal, porém a implementação não possui nenhuma finalidade intencional. Segundo Bromley e Powell (2012), para distinguir a dimensão política no *decoupling* e no *loose coupling* pode-se considerar que no caso do *loose coupling* a política é implementada, as práticas são adaptadas e as consequências são incertas; no *decoupling* a política é implementada, as práticas são adaptadas e as consequências não são alcançadas.

3 METODOLOGIA

A metodologia refere-se a um conjunto de fundamentos que justificam determinada pesquisa. Segundo Richardson (1999), metodologia são as regras estabelecidas para o método científico. Assim sendo, a metodologia também pode ser considerada como o estudo dos procedimentos a serem adotados em uma pesquisa científica.

A diferença entre metodologia e método pode ser assim considerada: o método é a forma de conduzir determinado estudo enquanto a metodologia é parte da ciência que estuda os diversos métodos (BARROS E LEHFELD, 1986). Ou seja, a metodologia é uma explicação detalhada dos métodos utilizados em determinada pesquisa.

Em relação à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que se pretende comparar o que a norma legal institui como prestação de contas e o que o poder judiciário estadual realiza como tal.

Segundo Zanella (2009), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada da seguinte maneira:

Pesquisa qualitativa: pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

De acordo com o exposto, a pesquisa qualitativa procura a compreensão de um fenômeno através das descrições, comparações, causas e efeitos, diferenças, ou seja, baseia-se em fatos.

Em relação ao objetivo do estudo optou-se pelo método descritivo, uma vez que se pretende descrever o processo de prestação de contas no poder judiciário estadual com base nas normas legais atualmente vigentes.

A pesquisa descritiva é assim definida segundo Santos (2007):

... um levantamento das características conhecidas, componentes do fato/fenômeno/problema. É normalmente feita na forma de levantamento ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/problema escolhido.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como objetivo principal a exposição de características de uma população ou de um fenômeno ou, ainda, relacionar variáveis. Uma de suas características está na padronização de técnicas de coleta de dados, como questionários ou observação sistemática.

Por fim, em relação aos procedimentos metodológicos optou-se pela pesquisa bibliográfica através de periódicos, normas legais e livros de contabilidade pública e, também, de análise documental de demonstrativos financeiros disponibilizados através do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Segundo Cervo e Bervian (1983):

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descrita ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema, ou problema.

Pode-se dizer que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é ampliar o conhecimento sobre determinado fenômeno. Além disso, também pode ser usada para sedimentar um conhecimento a ser usado como modelo teórico em investigações futuras.

Os dados analisados foram coletados no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na seção intitulada Portal da Transparência. Tal portal foi criado, a princípio, para atender à Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça e seu principal objetivo é (PARANÁ, 2013):

...aumentar a transparência da gestão pública e facilitar o acesso do cidadão às informações. Constitui forma de prestação de contas ao cidadão e de aumento do controle social da gestão pública. O Portal centraliza informações relativas à gestão do dinheiro público divulgadas em outros meios, como Portal da Gestão do Dinheiro Público do Estado do Paraná e Diário da Justiça Eletrônico do TJPR. As informações disponibilizadas estão em constante processo de atualização e aperfeiçoamento.

O Portal da Transparência do Tribunal de Justiça Estado do Paraná é dividido nas seguintes seções: Gestão de Pessoas; Pagamentos; Gestão Orçamentária e Financeira; Controle de Estoque; Contratos; Termos; Publicação Extemporânea; Resolução 102/2009 Conselho Nacional de Justiça;

Resolução 83/2009 Conselho Nacional de Justiça – Frota; Produtividade do Poder Judiciário Paranaense e Metas Prioritárias.

A seção onde as informações para esta pesquisa foram coletadas é a Resolução 102/2009 Conselho Nacional de Justiça, que, por sua vez, subdivide-se em: Despesas, Receitas e Repasses; Gestão de Projetos; Estrutura Remuneratória; Quantidade de Cargos Efetivos; Membros e Agentes Públicos; Empregados de Empresas Contratadas; Servidores e/ou Empregados Não Integrantes de Quadro Próprio e Detalhamento da Folha de Pagamento de Pessoal.

A subseção de relevância para este estudo é a Despesas, Receitas e Repasses. Tal subseção possui suas informações organizadas ano a ano, e cada ano organizado mês a mês, como pode ser observado na figura abaixo:

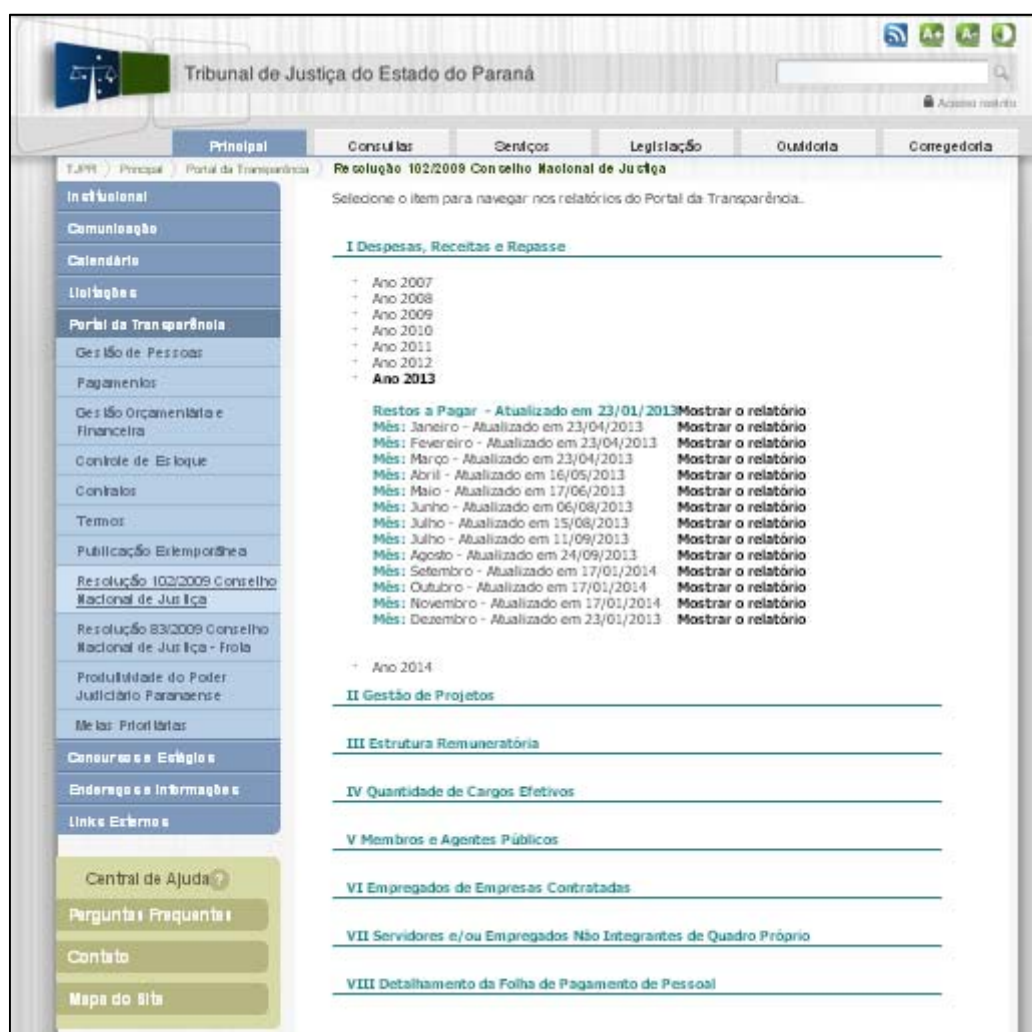


Figura 1: Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
Fonte: Sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Para a análise dos dados, os mesmos foram compilados em três tabelas. A primeira tabela compara quais informações sobre a gestão orçamentária e financeira são solicitadas pela Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça e quais são efetivamente prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Para isso, elencou-se primeiramente o que a citada resolução exige e, em seguida, verificou-se em relação aos meses do ano de 2013 quais informações estavam disponíveis no Portal da Transparência e se as mesmas estavam de acordo com o exigido pela resolução.

A segunda tabela elaborada informa os valores mensais referentes à gestão orçamentária e financeira do ano de 2013 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Para tanto, os dados do ano de 2013, que estão divididos em tabelas mensais, foram consolidados em uma única tabela com colunas mensais, permitindo uma melhor análise dos dados.

A terceira e última tabela preparada informa as datas de publicação das informações orçamentárias e financeiras pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Para sua elaboração verificou-se o prazo para publicação das informações orçamentárias e financeiras determinado na Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça e, em seguida, comparou-se com as datas em que as informações foram atualizadas no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

4 ANÁLISE DE DADOS

A publicação de informações relativas à gestão orçamentária e financeira confere transparência à administração pública, bem como permite um maior controle por parte da população. Essa publicação, no entanto, deve seguir regras específicas para que se possa compreender e comparar os dados, bem como criar indicadores de eficiência.

Os dados analisados nessa pesquisa dizem respeito às despesas, receitas e repasses do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) relativos ao ano de 2013. Os dados foram obtidos no Portal da Transparência mantido no sítio do referido tribunal.

Levando em consideração a necessidade de transparência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica em 15 de dezembro de 2009 a Resolução nº 102, que dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, do quadro de pessoal e respectiva estrutura remuneratória dos tribunais e conselhos.

Sendo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma instituição pública que possui como finalidade principal a fiscalização administrativa e financeira do poder judiciário, parametrizou-se a Resolução nº 102/2009 como paradigma para a discussão da divulgação de informações financeiras nesse estudo.

Na referida resolução são definidas as receitas e despesas que devem ser publicadas pelos tribunais, bem como são delimitados os prazos em que essas publicações devem ocorrer. As despesas e receitas são agrupadas na Resolução nº 102/2009 da seguinte maneira:

I – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais: são despesas de custeio relativas aos servidores ou empregados dos órgãos, inclusive requisitados e comissionados;

II – Outras Despesas de Custeio: são as despesas necessárias à manutenção dos serviços anteriormente criados, referentes ao funcionamento da Administração;

III – Despesas de Investimentos: são despesas de capital referentes à construção e ampliação da infra-estrutura física e operacional do órgão;

IV – Despesas com Inversões Financeiras: são despesas de capital que implicam aquisição de imóveis e participações em empresas ou empreendimentos, passíveis de alienação posterior;

V – Repasses Recebidos: são os recursos financeiros transferidos ou colocados à disposição do órgão pelo tesouro nacional ou estadual, em cada mês;

VI – Receitas: são os ingressos de recursos diretamente arrecadados pelo órgão em cada mês.

Além disso, a Resolução nº102/2009 define um modelo de como as informações financeiras e orçamentárias devem ser disponibilizadas aos cidadãos (Anexo I).

Na tabela 1 abaixo, encontram-se os dados relativos às informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça e as que efetivamente são informadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

De acordo com a tabela 1 verifica-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná presta praticamente todas as informações solicitadas pelo artº 2º da Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a publicação das informações orçamentárias e financeiras dos tribunais.

Tabela 1 - Informações sobre Gestão Orçamentária e Financeira solicitadas pelo CNJ x Informações sobre Gestão Orçamentária e Financeira prestadas pelo TJPR

Informações sobre Gestão Orçamentária e Financeira		
Solicitadas pelo CNJ	Prestadas pelo TJPR	Observações
I - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais:		
a) despesas com pessoal ativo;	+++	
b) despesas com pessoal inativo e pensões;	+++	
c) encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, e	+++	
d) despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica.	+++	TJPR complementa que utiliza o critério da competência, CNJ não especifica qual critério deverá ser utilizado.
II - Outras Despesas de Custeio:		
a) benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte;	+++	
b) benefícios a servidores e empregados -	+++	

auxílio-alimentação;		
c) benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche;	+++	
d) benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica;	+++	
e) diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores;	++	TJPR não informa diárias pagas a membros da magistratura e agentes públicos.
f) passagens e despesas com locomoção;	+++	
g) indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia ;	+++	
h) aluguel de imóveis;	+++	
i) serviços de água e esgoto;	+++	
j) serviços de energia elétrica;	+++	
k) serviços de telecomunicações;	+++	
l) serviços de comunicação em geral;	+++	
m) serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados.	+++	
n) serviços de limpeza e conservação;	+++	
o) serviços de vigilância armada e desarmada;	+++	
p) serviços de publicidade;	+++	
q) locação de mão de obra, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o";	+++	
r) serviços de seleção e treinamento;	+++	
s) aquisição de material de expediente;	+++	
t) aquisição de material de processamento de dados e de software;	+++	
u) aquisição de material bibliográfico;	+++	
v) aquisição de combustíveis e lubrificantes;	+++	
w) aquisição de gêneros alimentícios;	+++	
x) aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w";	+++	
y) serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais;	+++	
z) demais despesas de custeio.	+++	
III - Despesas de Investimentos:		
a) Construção e reforma de imóveis;	+++	
b) Aquisição de material permanente - veículos;	+++	
c) Aquisição de material permanente - equipamentos de informática;	+++	
d) Aquisição de material permanente - programas de informática; e	+++	
e) Aquisição de material permanente - demais itens.	+++	

IV - Despesas com Inversões Financeiras:		
a) Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; e	+++	
b) Outras Inversões.	+++	
V - Repasses Recebidos:		
a) pessoal e encargos sociais;	+++	
b) despesas de custeio;	+++	
c) investimentos; e	+++	
d) inversões financeiras;	+++	
VI - Receitas:		
a) recursos a título de custas judiciais;	+++	
b) recursos a título de taxas judiciárias;	+++	
c) recursos a título de serviços extrajudiciários; e	+++	
d) demais recursos conforme previsão em leis específicas.	+++	
Legenda: + Não informado; ++ Parcialmente informado; +++ Informado		
Fonte: Autora, 2014.		

No entanto, uma das informações é prestada de forma parcial pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Na alínea e, do inciso II do artigo 2º da Resolução nº 102/2009 faz-se necessário que se informe o valor das diárias pagas a membros da magistratura e agentes públicos. O TJPR não informa tal valor, tampouco justifica o motivo da ausência da informação no campo observação.

A estrutura formal solicitada pelo Conselho Nacional de Justiça foi adotada parcialmente, nesse caso pode-se falar que o *decoupling* foi parcial (ORTON E WEICK, 1990). Segundo Zelinschi *et al.*, 2012 isso pode ocorrer porque a organização precisa equilibrar diferentes expectativas ou porque a organização não deseja que observadores externos visualizem o seu não cumprimento das normas, no caso, a divulgação do valor das diárias pagas a membros da magistratura e agentes públicos.

Um ponto positivo, porém, é que em relação à alínea d, do inciso I, do artigo 2º (despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado pagas a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica) o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná complementa o solicitado pelo CNJ informando que utiliza o critério da competência.

A tabela 2 (Anexo 2) relaciona todas as despesas e receitas divididas de acordo com exigido pelo artigo 2º da Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

A primeira observação que deve ser feita em relação aos dados é a de que os valores referentes ao mês de julho de 2013 foram publicados em duas datas diferentes, 15/08/2013 e 11/09/2013. O arquivo publicado em 11/09/2013 referente ao mês de julho de 2013 não está mais disponível, desta maneira o arquivo publicado em 15/08/2013 foi utilizado para a elaboração da tabela.

Em relação ao item I, total de despesas com pessoal e encargos sociais, observa-se no mês de setembro de 2013 valores negativos para despesas com pessoal ativo e despesas com pessoal inativo e pensões e, para o mês de outubro de 2013, valor negativo para encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal. Como não há nenhuma observação do motivo deste fato, supõe-se que algum ajuste possa ter ocorrido uma vez que os valores informados em setembro e outubro de 2013 fogem à média.

Mais uma vez tem-se um exemplo de *decoupling* já que a norma preconiza que se detalhe, por meio de nota explicativa, qualquer informação relevante para a interpretação dos resultados nas demonstrações financeiras. Aparentemente simples, o processo de *decoupling* é complexo, uma vez que não se trata apenas da dualidade entre o que é dito e o que é feito, mas também de pequenas sutilezas e inúmeras possibilidades que justificam todas as ações de uma organização (FISS E ZAJAC, 2006). O motivo pelo qual não há justificativa por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da ausência de nota explicativa não é claro.

Valores negativos também foram observados em relação ao item II, total de outras despesas de custeio, em relação ao mês de dezembro de 2013 para serviços de comunicação em geral e aquisição de material de consumo (exceto material de expediente, material de processamento de dados e de software, material bibliográfico, combustíveis e lubrificantes e gêneros alimentícios). Como nas situações anteriores, também não há registro de nenhuma nota explicativa para tal fato. Supõe-se que possa ter ocorrido algum tipo de ajuste orçamentário, no entanto, sem a presença de nota explicativa isso é apenas especulação.

Segundo Cruz et al. (2001), a transparência pode ser entendida como um princípio de gestão que tem em sua finalidade permitir aos cidadãos o acesso a informações relativas às atividades financeiras da administração pública e determinar a forma como essas informações serão divulgadas. O fato de não haver nenhuma nota explicativa ou observação nos demonstrativos financeiros pode ser considerado como falta de transparência por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, uma vez que não permite ao cidadão a compreensão do que possa ter ocorrido.

Além disso, não há nenhum tipo de observação sobre o caráter (continuado ou não continuado) das receitas e despesas. Assim, ao observar a tabela 2 (Anexo 2) verifica-se algumas lacunas em determinadas receitas e despesas, porém, por não terem seu caráter especificado nada se pode concluir a respeito.

Em relação aos prazos para publicação dos demonstrativos financeiros e orçamentários, a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça determina, em seu art. 4º, inciso IV, que até o vigésimo dia de cada mês os demonstrativos mensais abrangendo todas as despesas e receitas realizadas no mês anterior deverão ser publicados.

A tabela 3 abaixo compara as datas efetivas para publicação com as datas determinadas pela resolução:

Tabela 3 - Datas das Publicações das Informações pelo TJPR

Mês de Referência	Data Determinada para Publicação	Data Efetiva de Publicação	Publicados com Atraso
Janeiro/2013	20/02/2013	23/04/2013	
Fevereiro/2013	20/03/2013	23/04/2013	
Março/2013	20/04/2013	23/04/2013	
Abril/2013	20/05/2013	16/05/2013	x
Maio/2013	20/06/2013	17/06/2013	
Junho/2013	20/07/2013	06/08/2013	x
Julho/2013	20/08/2013	15/8/2013	
Agosto/2013	20/09/2013	24/09/2013	x
Setembro/213	20/10/2013	17/01/2014	x
Outubro/2013	20/11/2013	17/01/2014	x
Novembro/2013	20/12/2013	17/01/2014	x
Dezembro/2013	20/01/2014	23/01/2014	x

Observação: As informações relativas ao mês de julho/2013 foram divulgadas em duas datas diferentes, 15/08/2013 e 11/09/2013. No entanto, o arquivo da data de 11/09/2013 não está mais disponível.

Fonte: Autora, 2014.

Observa-se que ao longo de 2013 a publicação dos demonstrativos financeiros e orçamentários ocorreu com atraso por sete vezes. Assim como nas outras informações analisadas não há nenhum tipo de justificativa por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre o motivo dos atrasos.

O conceito de transparência é amplo e envolve dimensões como publicidade, relevância, confiabilidade, tempestividade, utilidade e compreensibilidade (PLATT NETO *et al.*, 2006). Nesse caso, a tempestividade fica claramente comprometida assim como a confiabilidade referente aos dados do mês de julho de 2013, uma vez que os mesmos foram publicados duas vezes sem a explicação do motivo pelo qual o arquivo relativo à segunda publicação não se encontra mais disponível.

Segundo Raupp e Pinho (2012), a prestação de contas não deve apenas trazer informações exigidas pela legislação, mas deve ir além dela. O conteúdo dos demonstrativos deve ser claro, objetivo e acessível aos cidadãos. Ou seja, devem permitir a verificação da disponibilidade das contas públicas e a existência de justificativa pela administração das contas apresentadas (RAUPP E PINHO, 2011). Além disso, a prestação de contas deve ocorrer dentro dos prazos estipulados (SILVA, 2004).

Assim, observa-se que os dados apresentados não respeitam todos os aspectos legais a eles inerentes, tampouco vão além deles. Pode-se dizer, então, que as informações financeiras e orçamentárias apresentadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em seu Portal da Transparência não respeitam integralmente o que é determinado pela Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Uma das características do *decoupling* é justamente a separação entre o se diz e o que faz. Portanto, pode-se afirmar que em relação ao exigido pela Resolução nº 102/2009 do Conselho do Nacional de Justiça, ocorre o processo de *decoupling*, uma vez que fatores como prazo de publicação, acesso facilitado à informação e existência de justificativas não são respeitados.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esse estudo teve como objetivo principal verificar de que maneira a prestação de contas no poder judiciário estadual ocorre. Para tanto, fez-se necessário verificar primeiramente, qual o modelo de prestação de contas adotado pelo poder judiciário, e, posteriormente, como a divulgação das informações financeiras é realizada.

Mesmo sendo um tema relativamente recorrente, o processo de prestação de contas no poder judiciário é pouco estudado. Assim, a maior parte da literatura utilizada para apoio traz como referência para análise o poder legislativo.

Além disso, a prestação de contas usualmente é analisada sob a luz da transparência. No presente estudo optou-se pelo enfoque no processo de *decoupling* da divulgação das informações financeiras, utilizando-se a transparência apenas como subsídio para a discussão.

O processo de *decoupling* é bastante discutido em artigos científicos estrangeiros, havendo poucos autores brasileiros que abordam o assunto. Além de poucos autores discutirem o processo de *decoupling* não foi observado nenhum autor que discutisse esse processo em relação ao poder judiciário.

Bastante relevante para a discussão do processo de prestação de contas e divulgação de informações financeiras, o *decoupling* permitiu que se verificasse desconexões entre o que é solicitado pela Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça e o que é realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Naturalmente o cumprimento de todas as demandas legais exige tempo e pessoal dedicado. Além disso, a correta publicação dos dados financeiros traz o benefício adicional da transparência. Desta maneira, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná demonstraria seu comprometimento com a sociedade.

O benefício de mais estudos referentes à disponibilização de informações financeiras relativas ao poder judiciário seria o da possibilidade de comparação de dados e o desenvolvimento de indicadores de desempenho específicos.

Portanto, esse estudo contribui para lançar uma visão inicial sobre o *decoupling* na divulgação de informações financeiras no poder judiciário estadual. Não pretende, de forma alguma, esgotar o assunto, mas sim estimular outras pesquisas no tema para enriquecimento do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da Teoria à Prática**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: Um guia para iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill. 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20: 20/10/2013.

BRASIL. Decreto lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. Lei 4.320 de 17 de março de 1964, Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320compilado.htm>. Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. Resolução 102 de 15 de dezembro de 2009, Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. **Resoluções da Presidência do Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, DF, 15 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12218-resolucao-no-102-de-15-de-dezembro-de-2009>>. Acesso em: 29/10/2013.

BROMLEY, Patricia; POWELL, Walter W.. From Smoke and Mirrors to Walking the Talk: Decoupling in the Contemporary World. **The Academy of Management Annals**, iFirst, p. 1-48, 2012. Disponível em: <<http://www.patriciabromley.com/BromleyPowellDecoupling.pdf>>. Acesso em: 25/01/2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill. 1983.

CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélío; BARBOSA, Rui Rogério Naschenweng. **Comentários à Lei nº 4.320**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélío; TREMEL, Rosângela. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FISS, Peer C.; ZAJAC, Edward J. The Symbolic Management of Strategic Change: Sensegiving via Framing and Decoupling. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 6, p. 1173-1193, 2006. Disponível em: <<http://www-bcf.usc.edu/~fiss/Fiss%20and%20Zajac%20AMJ.pdf>>. Acesso em: 05/02/2014.

KERN, Anja; LAGUECIR, Aziza; LECA, Bernard. Multiple Decoupling in the Adoption of Accounting Tools. **Social Science Research Network**, jan. 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2197816>>. Acesso em: 20/01/2014.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública – Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a Política Orçamentária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, sep. 1977. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/jwilker/571/571readings/MeyerRowan.pdf>>. Acesso em: 25/11/2013.

ORTON, J. Doulas.; WEICK, Karl E.. Loosely Coupled Systems: A Reconceptualization. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 203-223, abr. 1990. Disponível em: <http://dimetic.dime-eu.org/dimetic_files/OrtonWeickAMR1990.pdf>. Acesso em: 03/02/2014.

PARANÁ. Instrução Normativa 66 de 22 de dezembro de 2011, Dispõe sobre o encaminhamento das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública relativas ao exercício de 2011, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências. **Atos Oficiais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**. Curitiba, PR, 13 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/instrucao-normativa-nº-662011/237407>>. Acesso em: 21/10/2013.

PARANÁ. Instrução Normativa 80 de 06 de dezembro de 2012, Dispõe sobre o encaminhamento das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da

Defensoria Pública relativas ao exercício de 2012, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências. **Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**. Curitiba, PR, 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/instrucao-normativa-nº-802012/237561>>. Acesso em: 21/10/2013.

PARANÁ. Portal da Transparência - Resolução 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça **Despesas, Receitas e Repasse**. Curitiba, PR, 17. 2013. Disponível em: < <http://www.tjpr.jus.br/resolucao-102/2009-conselho-nacional-de-justica>>. Acesso em: 21/10/2013.

PARANÁ. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de 24 de janeiro de 2006, Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Atos Oficiais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**. Curitiba, PR, 27 jan. 2006. Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/resolucao-nº-12006-regimento-interno/1403>>. Acesso em: 21/10/2013.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas – Controladoria Governamental, Em busca do atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal**. 1ª ed. 4ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2006.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 6ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 1999.

PLATT NETO, Orion Augusto; et al.. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e Transparência desses Princípios na Administração Pública Brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan/mar 2007.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audí Luiz. Transparência das Contas Públicas: Um Enfoque no Uso da Internet Como Instrumento de Publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 5, p. 135-146, jan/jun 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Portais Eletrônicos de Câmaras Localizadas em Pequenos Municípios Catarinenses: Murais Eletrônicos ou Promotores de Construção da Prestação de Contas, Transparência e Participação?. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, p. 35-44, jan/abr 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Prestação de Contas por Meio de Portais Eletrônicos de Câmaras Municipais: Um Estudo de Caso em Santa Catarina Antes e Após a Lei da Transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 3, p. 81-98, set/dez 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica: A Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

SERBENA, Cesar Antonio. Interfaces Atuais Entre a E-Justiça e a Q-Justiça no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 47-56, mar 2013.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental – Um Enfoque Administrativo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília: CAPES: UAB, 2009. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291089407.pdf>. Acesso em: 15/01/2014.

ZELINSCHI, Dragos; LEVANT, Yves; BERLAND, Nicolas. Motivations for Decoupling: The Case of First Application of IFRS 8. The Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference, p. 11-13, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CD0QFjAC&url=http%3A%2F%2Fbusiness.cardiff.ac.uk%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fipa2012%2FFinal_Version_IPA_Paper_Reference_120.docx&ei=rdtqU4mPN5ORyATJi4GYDw&usg=AFQjCNGoH-X508o9Z8Ov19DmjU2lsHiCIA&bvm=bv.66330100,d.aWw>. Acesso em: 01/03/2014.

ANEXOS

ANEXO 1 - Modelo de Divulgação das Informações Orçamentárias e Financeiras de Acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça

ANEXO 2 - Tabela 2 - Valores sobre Gestão Orçamentária e Financeira informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 2013

ANEXO I – Modelo de Divulgação das Informações Orçamentárias e Financeiras de Acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça

Sigla	
Nome do Órgão	
Autoridade Máxima	
Responsável pela Informação	
Mês de Referência (MM/AAAA)	
Data da Publicação	

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	despesas com pessoal ativo	
b	despesas com pessoal inativo e pensões	
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência	
	TOTAL	0,00

Inciso II – Outras Despesas de Custeio

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	
b	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	
c	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	
d	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	
f	Passagens e despesas com locomoção	
g	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	
h	aluguel de imóveis	
i	Serviços de água e esgoto	
j	Serviços de energia elétrica	
k	Serviços de telecomunicações	
l	Serviços de comunicação em geral	
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	
n	serviços de limpeza e conservação	
o	serviços de vigilância armada e desarmada	
p	Serviços de publicidade	

q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	
r	Serviços de seleção e treinamento	
s	Aquisição de material de expediente	
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	
u	aquisição de material bibliográfico	
v	aquisição de combustíveis e lubrificantes	
w	aquisição de gêneros alimentícios	
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	
y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	
z	demais despesas de custeio	
	TOTAL	0,00

Inciso III – Despesas com Investimentos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Construção e reforma de imóveis	
b	Aquisição de Material Permanente - Veículos	
c	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	
d	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	
e	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	
	TOTAL	0,00

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	
b	Outras inversões	
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de

Alínea	Discriminação das receitas	Valores (R\$ 1,00)
a	Pessoal e Encargos	
b	Custeio	
c	Investimentos	
d	Inversões Financeiras	
	TOTAL	0,00

Anexo 2 - Tabela 2 - Valores sobre Gestão Orçamentária e Financeira informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 2013

Valores sobre Gestão Orçamentária e Financeira informados pelo TJPR em 2013						
	Janeiro/2013	Fevereiro/2013	Março/2013	Abril/2013	Maior/2013	Junho/2013
Data da Divulgação das Informações	23/04/2013	23/04/2013	23/04/2013	16/05/2013	17/06/2013	06/08/2013
I - Total de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	107.212.647,20	106.633.744,34	105.594.805,95	103.388.484,69	101.798.736,38	115.216.740,42
a) despesas com pessoal ativo;	82.125.169,41	77.298.777,46	78.257.915,36	68.922.120,64	73.644.844,64	83.024.365,67
b) despesas com pessoal inativo e pensões;	22.886.753,93	25.116.520,26	23.933.467,57	30.700.494,47	24.229.171,02	28.038.674,87
c) encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, e	2.200.723,86	4.218.446,62	3.403.423,02	3.765.869,58	3.924.720,72	4.153.699,88
d) despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica.	-	-	-	-	-	-
II - Total de Outras Despesas de Custeio	12.986.469,28	17.865.667,52	21.334.539,33	23.579.660,07	24.999.357,98	24.737.662,56
a) benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte;	1.268.108,32	1.196.565,36	1.299.847,20	1.356.469,93	1.445.248,37	1.528.765,74
b) benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação;	5.234.964,81	4.486.303,20	5.657.094,84	5.752.402,32	5.774.685,38	5.803.019,40
c) benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche;	-	-	-	-	-	-
d) benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica;	2.442.945,83	2.477.449,06	2.544.185,56	2.585.100,23	2.619.405,30	2.637.008,62
e) diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores;	285.619,90	334.189,20	586.904,04	189.357,79	418.753,17	336.321,31
f) passagens e despesas com locomoção;	-	3.087,38	-	50.887,20	55.802,50	15.298,08

g) indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia ;	-	22.884,16	6.948,43	85.041,63	201.694,65	85.150,34
h) aluguel de imóveis;	-	101.777,74	93.864,10	127.804,48	128.238,92	94.835,57
i) serviços de água e esgoto;	2.667,04	113.312,45	152.207,82	136.668,88	157.900,45	150.436,39
j) serviços de energia elétrica;	7.858,83	580.234,21	-	590.732,85	490.516,45	499.888,01
k) serviços de telecomunicações;	112.997,03	160.999,07	16.441,04	167.486,22	329.194,61	26.205,89
l) serviços de comunicação em geral;	-	1.075.029,47	1.133.837,18	11.237,56	14.973,63	32.292,99
m) serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados.	-	10.478,51	347.986,11	502.392,90	1.248.266,93	615.971,66
n) serviços de limpeza e conservação;	-	665.763,61	1.719.971,42	2.117.074,74	1.135.516,80	1.850.558,37
o) serviços de vigilância armada e desarmada;	-	1.584.723,10	1.783.017,84	2.785.880,03	2.914.745,87	2.571.817,57
p) serviços de publicidade;	-	-	6.960,00	1.351.498,00	1.435.699,90	976.697,49
q) locação de mão de obra, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o";	-	-	419.381,06	475.082,69	473.625,80	786.294,20
r) serviços de seleção e treinamento;	-	-	-	18.020,20	-	6.260,00
s) aquisição de material de expediente;	-	5.538,60	3.319,30	5.644,30	122.162,90	26.100,10
t) aquisição de material de processamento de dados e de software;	-	-	-	112,40	180.000,00	90.000,00
u) aquisição de material bibliográfico;	-	-	-	-	-	-
v) aquisição de combustíveis e lubrificantes;	-	-	13.971,30	2.365,80	3.868,50	6.159,80

w) aquisição de gêneros alimentícios;	-	-	156.908,74	70.397,83	89.145,15	79.413,75
x) aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w";	612.625,00	182.775,00	65.816,74	84.116,11	312.817,56	271.410,29
y) serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais;	-	-	1.330,97	-	1.330,97	98.518,90
z) demais despesas de custeio.	3.018.682,52	4.864.557,40	5.324.545,64	5.113.885,98	5.445.764,17	6.149.238,09
III - Total de Despesas de Investimentos	-	1.500,00	739.200,00	183.974,72	905.600,01	1.047.815,40
a) Construção e reforma de imóveis;	-	-	-	-	219.241,85	294.308,38
b) Aquisição de material permanente - veículos;	-	-	-	-	-	-
c) Aquisição de material permanente - equipamentos de informática;	-	-	-	-	-	-
d) Aquisição de material permanente - programas de informática; e	-	-	-	-	-	-
e) Aquisição de material permanente - demais itens.	-	1.500,00	739.200,00	183.974,72	686.358,16	753.507,02
IV - Total de Despesas com Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
a) Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; e	-	-	-	-	-	-
b) Outras Inversões.	-	-	-	-	-	-
V - Total de Repasses Recebidos	126.350.000,00	126.350.000,00	126.350.000,00	115.526.000,00	111.660.000,00	115.687.000,00
a) pessoal e encargos sociais;	112.250.000,00	116.350.000,00	116.350.000,00	115.526.000,00	91.660.000,00	105.687.000,00
b) despesas de custeio;	14.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	20.000.000,00	10.000.000,00
c) investimentos; e	100.000,00	-	-	-	-	-
d) inversões financeiras;	-	-	-	-	-	-
VI - Total de Receitas	25.017.867,10	25.214.169,50	27.114.915,56	28.414.762,22	29.651.154,47	29.635.303,64

a) recursos a título de custas judiciais;	3.155.421,51	3.515.069,84	3.935.700,24	4.346.304,72	4.646.973,33	4.175.207,39
b) recursos a título de taxas judiciárias;	1.245.854,97	1.230.792,25	1.471.625,09	1.608.391,91	1.575.319,26	1.453.120,24
c) recursos a título de serviços extrajudiciários; e	4.755.208,84	4.569.113,28	5.513.937,59	6.448.821,23	6.606.633,65	6.505.651,88
d) demais recursos conforme previsão em leis específicas.	15.861.381,78	15.899.194,13	16.193.652,64	16.011.244,36	16.822.228,23	17.501.324,13

Observação

As informações relativas ao mês de julho/2013 foram divulgadas em duas datas diferentes, 15/08/2013 e 11/09/2013. No entanto, o arquivo da data de 11/09/2013 não está mais disponível.

Valores sobre Gestão Orçamentária e Financeira informados pelo TJPR em 2013

	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013
Data da Divulgação das Informações	15/8/2013	24/09/2013	17/01/2014	17/01/2014	17/01/2014	23/01/2014
I - Total de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	107.376.079,80	102.932.147,70	789.716,59	67.182.191,05	106.349.414,32	317.872.358,00
a) despesas com pessoal ativo;	66.998.724,35	90.047.307,63	(40.400.878,05)	65.615.752,40	78.931.494,12	266.321.549,90
b) despesas com pessoal inativo e pensões;	36.037.369,96	8.193.335,34	(15.767.021,15)	19.940.992,35	19.832.355,98	36.454.103,15
c) encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, e	4.339.985,49	4.691.504,73	56.957.615,79	(18.374.553,70)	7.585.564,22	15.096.704,95
d) despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica.	-	-	-	-	-	-
II - Total de Outras Despesas de Custeio	27.587.467,46	34.825.458,69	142.275.844,96	44.560.171,20	41.802.837,81	30.471.038,60
a) benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte;	1.521.921,44	1.513.794,93	1.544.668,42	1.569.829,00	1.578.558,91	1.548.649,75
b) benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação;	5.864.287,43	5.880.613,20	5.891.353,76	5.886.800,44	6.097.345,98	5.937.359,49
c) benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche;	-	-	-	-	-	-
d) benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica;	2.661.167,34	2.716.396,63	2.700.999,22	2.800.594,48	2.866.345,86	2.863.166,26
e) diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores;	296.016,32	386.566,72	408.326,54	523.219,62	353.947,49	543.069,69
f) passagens e despesas com locomoção;	49.472,86	39.403,66	31.351,01	11.059,56	12.708,56	65.618,66
g) indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia ;	138.725,84	18.736,31	179.381,96	24.057,33	-	14.843,37
h) aluguel de imóveis;	125.845,92	106.426,89	102.906,30	104.223,21	106.398,88	202.726,29
i) serviços de água e esgoto;					170.211,41	164.864,58

	186.670,45	161.698,19	161.445,42	168.279,07		
j) serviços de energia elétrica;	438.264,96	468.598,43	504.832,18	560.493,12	533.210,17	566.506,06
k) serviços de telecomunicações;	168.668,42	12.145,38	9.524,42	169.758,78	318.849,15	169.344,92
l) serviços de comunicação em geral;	6.894,00	10.336,05	22.399,73	3.516,10	28.418,89	(2.155.820,56)
m) serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados.	951.154,54	9.164.366,98	1.108.928,23	1.228.591,01	545.003,73	623.567,48
n) serviços de limpeza e conservação;	2.922.063,27	2.140.801,29	1.516.608,94	2.389.727,63	2.096.097,29	2.437.522,30
o) serviços de vigilância armada e desarmada;	2.520.156,96	2.702.076,25	2.569.498,18	4.786.008,08	3.086.459,38	3.702.636,15
p) serviços de publicidade;	221.377,16	13.281,84	7.402,80	235.743,59	120.593,14	2.230.795,30
q) locação de mão de obra, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o";	582.295,88	577.408,78	284.486,81	872.763,95	326.398,89	690.895,24
r) serviços de seleção e treinamento;	2.400,00	170,00	155.781,60	-	453.292,08	24.940,00
s) aquisição de material de expediente;	94.671,90	395.002,90	33.436,95	48.603,40	520.753,79	31.885,00
t) aquisição de material de processamento de dados e de software;	-	43.000,00	2.070,00	102.945,00	184.090,00	2.360,00
u) aquisição de material bibliográfico;	-	-	-	-	-	-
v) aquisição de combustíveis e lubrificantes;	-	-	-	-	-	9.640,00
w) aquisição de gêneros alimentícios;	109.402,79	103.667,14	69.365,49	100.945,60	82.799,47	96.287,19

x) aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w";	744.334,38	313.021,00	159.429,50	282.953,87	220.499,60	(869.739,28)
y) serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais;	29.744,37	55.532,18	-	-	114.021,16	98.967,50
z) demais despesas de custeio.	7.951.931,23	8.002.413,94	124.811.647,50	22.690.058,36	21.986.833,98	11.470.953,21
III - Total de Despesas de Investimentos	1.617.610,28	3.417.804,64	3.910.733,66	4.813.797,53	3.150.569,38	7.069.802,31
a) Construção e reforma de imóveis;	643.311,04	30.585,05	1.131.235,25	3.551.193,61	803.029,02	3.832.803,31
b) Aquisição de material permanente - veículos;	-	118.000,00	-	-	-	-
c) Aquisição de material permanente - equipamentos de informática;	5.316,00	2.168.700,00	2.138.502,24	-	1.080.000,00	-
d) Aquisição de material permanente - programas de informática; e	-	-	-	-	-	-
e) Aquisição de material permanente - demais itens.	968.983,24	1.100.519,59	640.996,17	1.262.603,92	1.267.540,36	3.236.999,00
IV - Total de Despesas com Inversões Financeiras	2.488.000,00	-	-	-	-	20.726.431,47
a) Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; e	2.488.000,00	-	-	-	-	20.726.431,47
b) Outras Inversões.	-	-	-	-	-	-
V - Total de Repasses Recebidos	140.000.000,00	133.700.000,00	114.280.000,00	130.900.000,00	118.900.000,00	156.465.110,00
a) pessoal e encargos sociais;	127.000.000,00	120.700.000,00	101.280.000,00	104.900.000,00	92.800.000,00	130.465.110,00
b) despesas de custeio;	13.000.000,00	13.000.000,00	13.000.000,00	26.000.000,00	26.000.000,00	26.000.000,00
c) investimentos; e	-	-	-	-	100.000,00	-
d) inversões financeiras;	-	-	-	-	-	-
VI - Total de Receitas	10.059.116,96	36.621.927,83	27.816.380,70	29.945.233,22	28.655.355,04	42.604.435,02
a) recursos a título de custas judiciais;	3.808.396,97	4.849.556,19	4.644.863,35	4.790.290,29	4.533.172,65	4.761.461,89

b) recursos a título de taxas judiciárias;	1.690.976,11	1.671.015,27	1.417.358,81	1.581.353,07	1.613.129,07	1.433.032,89
c) recursos a título de serviços extrajudiciários; e	-	6.852.286,29	6.650.405,45	6.983.272,66	6.388.925,17	7.210.363,81
d) demais recursos conforme previsão em leis específicas.	4.559.743,88	23.249.070,08	15.103.753,09	16.590.317,20	16.120.128,15	29.199.576,43

Observação

As informações relativas ao mês de julho/2013 foram divulgadas em duas datas diferentes, 15/08/2013 e 11/09/2013. No entanto, o arquivo da data de 11/09/2013 não está mais disponível.